

As memórias do jornalista Samuel Wainer, criador do jornal *Última Hora*, são ricas nesse sentido. No Brasil dos anos 50, quando o projeto de industrialização ainda engatinhava, a moeda de troca entre empresários da imprensa e governo era o peso dos meios de comunicação junto à opinião pública. Getúlio Vargas dizia que a imprensa podia não ajudar a ganhar, mas ajudava a perder. Então, para assegurar o bom entendimento, o governo contemplava jornais e revistas com isenção fiscal, facilidades para importação de papel e, eventualmente, anúncios. Mas o negócio mais rendoso para os donos dos jornais era o trabalho de mediação feito junto ao governo no interesse de grupos privados, mais especificamente, das empreiteiras. Samuel Wainer conta que Assis Chateaubriand tinha o costume de procurar pessoalmente ministros de Estado, e até o presidente da República, para solicitar que obras de rodovias ou hidrelétricas fossem destinadas à construtora da qual estava sendo porta-voz. Se o pedido não fosse atendido, o autor da recusa seria massacrado nas páginas dos seus diários associados. Já com o negócio fechado, ninguém era detratado e as empreiteiras recompensavam seu representante extra-oficial com 10% do total da quantia orçada para a obra. A contrapartida de Assis Chateaubriand era garantir que seus jornais fariam vista grossa para a fraude fiscal e para o material de baixíssima qualidade utilizado pelas empreiteiras nas construções do patrimônio público.

Na década de 50 do século XX, os empreiteiros tomaram conta dos bastidores da cena política até virem à tona na década de 90 como protagonistas de escândalo no governo Collor. Escândalo que provavelmente continuaria desconhecido da sociedade se o então presidente Fernando Collor de Mello não praticasse um tipo de acumulação capitalista exclusivamente individual e mantivesse a socialização do dinheiro público entre os mesmos grupos que sempre se beneficiaram desse esquema. Feita a observação, o fato é que muitos meios de comunicação se mantiveram nos anos 50 com as comissões milionárias que seus donos recebiam como agentes dos interesses dos empreiteiros. É preciso lembrar que o país estava em pleno governo JK das grandes obras, Brasília inclusive.

Agora, ainda na primeira década do século XXI, as relações entre poder público e empreiteiras voltam ao noticiário político-policial em conseqüência da Operação Navalha, da Polícia Federal, que denunciou um esquema de benefícios e propinas entre uma construtora e membros do Legislativo e do Executivo brasileiros, entre eles o presidente do Senado, Renan Calheiros (PMDB-AL), que tem papel importante na manutenção da maior base parlamentar que um governo jamais teve no país. Mesmo ciente das arbitrariedades cometidas pela polícia e por órgãos da imprensa contra o direito civil constitucional dos supostos envolvidos no caso, considere importante o exemplo com o objetivo de chamar atenção para o problema real que, no meu entender, ainda se localiza na estrutura de poder brasileira que continua a mesma desde os tempos das capitânicas hereditárias.

Em meio a esse cenário de interesses particulares sobre suportes de interesse público, estamos nós, os jornalistas, oficialmente credenciados para cobrir os acontecimentos do mundo, e a sociedade, que recebe a notícia.

O jornalista John Reed conta em seu livro-reportagem sobre a revolução russa de 1917, que a informação era o provisionamento mais esperado pelos soldados entrincheirados próximos à cidade de Riga no aguardo da ofensiva alemã. Extenuados, descalços, doentes e passando frio, eles saudaram calorosamente a presença de Reed no campo de batalha apostando na possibilidade de receberem algo que pudessem ler. Em outra passagem, o jornalista conta que durante a tensa reunião do Soviete de Petrogrado, na noite de 30 de outubro de 1917, um jovem alto e alquebrado foi recebido com calorosos aplausos. Era o soldado Tchudnovsqui que pensavam haver morrido no front. Ele relatou aos camaradas que as massas de exército tinham perdido a confiança nos oficiais contrários à revolução bolchevique que passaram a privar os soldados de informações. De audiência, um outro soldado criticou Tchudnovsqui por destacar o problema da falta de informação em lugar de

mencionar a escassez de pão nas fileiras avançadas. “Nem só de pão vive o homem”, foi a resposta de Tchudnovski.

Efetivamente, a percepção do público sobre a imprensa é de que ela fornece o que Hegel chamou de a “oração realista da manhã”. Por mais que haja abalo de credibilidade, são os veículos de comunicação que acabam por formar o público, esse coletivo de indivíduos ligados pela simultaneidade das suas emoções compartilhadas por não se sabe quantas milhares de pessoas espalhadas por diferentes lugares do planeta. Então, o que nós, jornalistas, estamos escrevendo?

A invenção da imprensa em 1440 faz nascer o público. Pela primeira vez, uma tecnologia permitiu o transporte do pensamento à distância. Com o aparecimento do público, a opinião deixou de ser um ato sem vínculo para passar à condição de opinião pública, um estado de consciência de unanimidade simultânea que, respondendo a problemas momentaneamente colocados, acha-se reproduzido em um sem número de pessoas da mesma época, do mesmo país, da mesma sociedade e, até mesmo, em muitos dos quatro cantos do mundo.

O pensamento é uma forma social exposta e sensível à comunicação. A leitura cotidiana e no mesmo tempo de um livro, a Bíblia, editado pela primeira vez em milhões de exemplares, deu aos leitores a sensação de integrar um novo corpo social agora formado pela coesão mental. O público se configura, então, como um agente social psicológico. Esse grupo de indivíduos fisicamente separados pratica a opinião tocado pela idéia de que é objeto da atenção de um outro distante. Não são mais as reuniões nas ruas e nas praças que provocam os grandes arrebatamentos. Os homens que transmitem impressões uns aos outros não se tocam, não se vêem, nem se ouvem. Estão em suas casas, mas lendo o mesmo jornal, vendo a mesma tv, ouvindo o mesmo rádio, acessando a mesma www, lendo o mesmo livro, mesmo que distantes uns dos outros como que descontraídos em um imenso território.

Na percepção desse leitor que se sente acolhido pelo sentido comum, a divisão entre objetivo e subjetivo é um dado natural. Ele acredita na imparcialidade do texto da notícia do dia-a-dia, porque assim lhe é dito, e enxerga naturalidade no fato social, porque desse modo lhe é passado. Forma o público portador e disseminador do pensamento doxa, essa Legião de repertório prêt-à-porter que está em todos os lugares e que tem o poder de contaminar os mais finos mecanismos do intercâmbio social, desde o Estado até o sujeito que sofre a fratura na sua homogeneidade e se transforma em uma subjetividade assujeitada ao objetivo alheio. Esse sujeito assujeitado pela ideologia estereotipada da doxa acredita que o objetivo é exterior a ele, já está dado, só lhe restando submeter-se ao acontecimento, calando ou dando publicidade. A perspectiva de um sentimento de mal-estar é substituída pela confortável noção de pertencimento estimulada pela mesma lógica de comunicação que fragmenta o sujeito e se apropria das subjetividades. Uma nota publicada recentemente informava que o público que votou nos participantes de determinado programa estabelece com eles uma relação de posse e afeto, se sente responsável pelos rumos de suas vidas e está disposto a assegurar o sucesso dos seus eleitos garantindo a audiência da programação que os mantiver no elenco. O título da nota é “A força do voto popular”.

Informações dessa natureza estão, na maior parte das vezes, editadas em contextos que visam garantir o sentido afirmativo da notícia e reforçar a percepção estereotipada que serve ao propósito hegemônico. O estereótipo é um fato político que consolida o significado dando à linguagem um ar natural. Na contramão está a crítica, que a doxa flagela porque põe em crise as verdades que ela, doxa, propaga na sua modalidade de opinião corrente como produtos de primeira necessidade e oferece como mercadorias que alimentam a alienação da opinião pública.

As tecnologias da comunicação foram introduzindo a noção de público em substituição à de multidão, massa sem ligações profundas, de fácil dispersão e sem nenhuma força de propagação. Curiosamente, o conceito de multidão retorna hoje em meio à fragmentação contemporânea, mas

aportando outro sentido. Esse é um fenômeno importante que não quis deixar de observar, embora não seja analisado neste artigo.

Mas voltando ao público, sua conformação social compõe o cenário ideal para o objetivo da indústria da comunicação sem fins subjetivos emancipatórios que exerce seu poder criando a ilusão de que o outro é um sujeito livre para decidir e fazer escolhas com autonomia. Ilusão introjetada por um público carente de reconhecimento e identidade.

Em latim *outro* se diz *alienus*. O fenômeno da alienação foi objeto de estudo de Marx, que quis compreender por que os homens não tomam para si o crédito de criadores da sociedade, da política e da cultura, e rejeitam o lugar de agentes da História preferindo acreditar que os acontecimentos são obra dos deuses e da natureza. O alemão conclui que o leit motiv da vida é a sobrevivência e, portanto, a raiz da alienação está na divisão social do trabalho da qual nascem as instituições. Família, comércio, trabalho servil, Estado, religião e guerra formam o conjunto das instituições sociais que vão garantir o poder às famílias que praticam a acumulação privada e individual do capital a partir da exploração do trabalho alheio. Transpondo a reflexão para o universo comunicacional não é exagero dizer que, mais do que explorada, a subjetividade do outro é retirada de circulação para dar lugar a uma impressão uniforme e cordata com os interesses do poder. Nesse grande acordo anônimo, o público encontra a proteção psicossocial para lidar com o real. Mais que lidar, se proteger. E por que deveria se proteger do real, essa fonte primeira da dúvida, do questionamento, sem a qual a investigação não teria sentido? Efetivamente, o corpo estendido no chão nem sempre é o que se deseja ver e saber. Pode ser insuportável. Então é preferível negar o acontecimento e se alienar do que diz respeito a si próprio. Entretanto, ali está o cadáver. Ele é o que é e não morre em si mesmo. Reclama perguntas e sentidos que vão precisar da representação para elaborar a brutalidade do fato. Na indústria da mediação, a escrita por ela representada cerca a subjetividade com a repetição incessante e excessiva. Barthes tem razão quando diz que a forma bastarda da cultura de massa é a repetição vergonhosa. Repetem-se os conteúdos e os esquemas ideológicos variando apenas as formas superficiais, ou seja, livro, filme, blog ou site, todos acabam por repetir o mesmo sentido. A repetição é um mecanismo eficaz para colocar um ponto final na subjetividade, a ação criativa do sujeito que se apropria de modo particular dos códigos para criar por si mesmo novos referentes.

A subjetividade roubada pela mediação hegemônica produz, por sua vez, um tipo de jornalismo e de jornalista que faz lembrar G., o chefe da polícia malsucedido na missão de desvendar o crime da Rua Morgue e que tinha por estilo “negar o que é e explicar o que não é”, epíteto que lhe confere a reputação de sagaz e ao mesmo tempo o condena à condição de astuto demais para ser profundo.

No conto *Os assassinatos da Rua Morgue*, de Edgar Allan Poe, mãe e filha, Madame e Mademoiselle L' Espanaye, são atrozmente assassinadas. A pergunta “o que aconteceu?”, não é suficiente para obter as respostas que levarão a desvendar a origem de violência até então sem registro na história policial francesa. No caso, a pergunta mais pertinente seria “o que aconteceu dessa vez?”, mas essa mudança de perspectiva impediria o trabalho costumeiro de repetir as noções que sabidamente acalmam o estupor público diante de fatos arreatadores.

Nesse tipo de mediação verifica-se o triunfo da engenhosidade sobre a análise. O resultado, lembra Monsieur Augusto Dupin, o cavalheiro observador que esclarece a causa de tanta violência no episódio da rua Morgue, é a fantasia em torno do real porque o homem engenhoso é sempre fantasioso e o verdadeiramente imaginativo nunca deixa de ser analítico.

A subjetividade livre para imaginar sempre representa perigo para os que insistem em afirmar a imparcialidade e enxergar ideologia só na escrita do outro. O físico e astrônomo italiano Galileu preferiu abjurar de sua teoria do sol como centro do Universo para poupar-se de arder na fogueira do Santo Ofício junto com sua contribuição científica. Consta que Galileu era um amante dos prazeres, incapaz de recusar um bom vinho e idéias novas, e não pretendia abrir mão deles em troca de ser

lembrado como mártir. Antes continuar, mesmo que incompreendido. Na década de 90 do século 20, trezentos anos depois da retratação de araque, a Igreja anunciou oficialmente o reconhecimento de que Galileu estava certo a respeito da teoria heliocêntrica.

Baudelaire, por sua vez, esgarçou o lirismo para denunciar o estranho perfume da modernidade em *Flores do Mal*. Em 1857 teve sua produção apreendida por ultraje à moral pública, de acordo com parecer do Tribunal de Justiça, a partir de ação movida pela Segurança Pública, órgão do Ministério do Interior francês. Em 1949, a Corte da Cassação reabilitou Baudelaire e seu livro de poesia ao convívio social, onde se encontram até hoje, autor e obra, respectivamente informando e exalando o cheiro que a mais atual metáfora da modernidade tardia relaciona com o ralo do esgoto que dá nome ao filme brasileiro *O cheiro do ralo*. O fundador do jornal *L'Unità* e do Partido Comunista Italiano, Antonio Gramsci, foi preso em 8 de novembro de 1926. O promotor encarregado de condená-lo foi claro diante dos juízes do Tribunal especial ao declarar que era preciso inutilizar por 20 anos aquele cérebro perigoso. Gramsci morreu em 1937. As privações do cárcere, desembocadas na tuberculose óssea, o mataram em 11 anos.

Na defesa que faz dos intelectuais, Jean-Paul Sartre fala sobre o lugar e o papel da figura engajada dando como exemplo a diferença entre o cientista e o cientista-intelectual. Enquanto o primeiro trabalha na fissão do átomo para aperfeiçoar os engenhos da guerra atômica, o segundo, assustado com a potência destrutiva das máquinas que constrói, reúne-se com os colegas para assinar um manifesto de advertência à opinião pública contra o uso da bomba atômica. Desse modo, Sartre estabelece a diferença entre o cientista, aquele que faz a bomba, e o cientista-intelectual, o que se engaja em compromissos para além da função. A observação cabe para distinguir o jornalista do jornalista-intelectual. O jornalista-intelectual sabe que o texto é produtor de sentido e entende a intenção a respeito da comunidade interpretativa a que se destina. A compreensão desse relacionamento é fundamental para pôr em questão a máxima de que o biscoito oferecido tem o sabor do paladar do freguês. A retórica do espelhamento tem por finalidade retirar do sujeito a crítica e reduzir sua subjetividade ao objetivo das redes de comunicação. O jornalista-intelectual move-se no cotidiano da usurpação da subjetividade percebendo a responsabilidade das escolhas e o alcance da escrita. A escrita do jornalista-intelectual é permeada pela subjetividade que traduz o real na forma de sentido de modo a evitar que o acontecimento seja aprisionado pela tautologia e ainda mais pela mítica. Contrariando a comunicação repetida, um dos objetivos da subjetividade é trazer o mito à exposição pública, esclarecer o quanto o mito é usado para sedimentar idéias que fundamentam o pensamento hegemônico e dispersar a cortina de fumaça que se interpõe entre a realidade e a construção dominante sobre essa mesma realidade. A fala mítica que imprime naturalidade aos acontecimentos é mais uma artimanha da política da mediação que sabe não haver espaço para a escrita sem filiação. A dimensão despolidizada do mito é apropriada pelo sentido intencionalmente depolizante da indústria de comunicação. Dessa maneira, o jornalista-intelectual que escreve com a subjetividade pratica a tática de que a melhor arma contra o mito é talvez mitificá-lo para produzir um mito artificial. Fora disso, o que se tem é uma comunicação opaca e tirana na medida em que na neutralidade do sentido não é preciso haver escolhas. O acontecimento não se efetua mais na profundidade das coisas e tudo tem como destino o espetáculo que se reflete na fina lâmina espelhada.

Situação hostil para a comunicação subjetivada. Tempo não menos árido para o jornalista-intelectual, logo, seu tempo. É na relação dialética com cada espírito de época que o jornalista-intelectual se constitui como subjetividade, condição que o habilita e o conserva apto para a ruptura porque, lembrando Deleuze, só o homem livre pode compreender todas as violências em uma só violência, todos os acontecimentos mortais em um só acontecimento que não deixa mais lugar para o acidente. Nessa perspectiva que escreve em seqüência e sem barra *subjetividade objetividade*, o

acontecimento se desdobra. O espelho já não reflete mais somente o indivíduo, mas o mundo. Discute-se a civilização, a democracia, o pensamento único.

A ausência até este momento do texto de uma reflexão, e sequer de uma citação, sobre o papel do receptor neste cenário carregado nas tintas sombrias da dominação e do controle pode estar causando desconforto ao leitor, tanto quanto já estava para mim. Pois bem, quando a teoria da recepção fala da liberdade de interpretação do receptor, está tratando do assunto no campo da literatura e da arte. Não se refere ao tipo de emissão da indústria mediática que equacionou sua dominação no princípio de que os valores e os desejos são propriedades suas para serem referendados positivamente pela opinião corrente. Na recepção da literatura e da arte a subjetividade é livre porque essas manifestações deixam o texto em aberto e sem respostas, operando no campo livre da compreensão dialógica, diferentemente do texto canônico. É nesse sentido que a teoria da recepção me parece indevidamente utilizada para fundamentar a autonomia do receptor dos meios de comunicação, visto que a emissão assujeitada está longe de ser o campo livre da compreensão dialogada. Daí que nada mais enganador do que atribuir ao público, à multidão ou a massa a responsabilidade pelo roubo da sua subjetividade. Não há propósito de liberdade de recepção na comunicação comprometida com a ideologia funcional do biopoder que controla a vida dos cidadãos. Cada por *quê* omitido, cada causa desprezada, serve à propagação do sentido dominante que, lembrando Adorno, tem a função primeira de favorecer a integração ao status quo.

A comunicação destituída da complexidade do subjetivo não produz riqueza. Ao contrário, reitera valores e conceitos que já não dão conta da realidade e, por isso mesmo, acabam empurrando a percepção coletiva para a reificação de atos reacionários e desastrosos do ponto de vista das conseqüências a médio e longo prazos. Um exemplo é o modo como vem sendo encaminhada a discussão sobre a violência no Brasil. A comunicação de massa comprometida com os interesses dominantes constrói a arquitetura da segurança em torno da presença ostensiva das forças armadas nos logradouros públicos fazendo o papel do policiamento regular, idéia que as forças armadas rejeitam porque detectam nessa política de Estado militarizado a sua própria desmilitarização. Na lógica militar, o inimigo vem de fora das fronteiras do país. Ele é que tem que ser combatido e não o cidadão que compartilha democraticamente o solo nacional. Outro aspecto reacionário é a redução da idade para fins de criminalização penal. A realidade está mostrando o número cada dia mais alarmante de crianças marginais e a solução sintaticamente defendida pela grande imprensa é que elas sejam colocadas mais cedo em regime privado de liberdade. Desassistida, amedrontada e efetivamente na linha de tiro, a população abandona a criatividade e se enquadra no modelo de poder que determina quem vai viver nestes tempos modernos. O biopoder inaugurado no século XIX vem sendo reproduzido nos textos mediáticos e não é à toa que o racismo começa a ser empurrado goela abaixo do brasileiro, que dentre as suas extraordinárias originalidades sempre esteve presente a capacidade de miscigenar e compartilhar com os diferentes corpos e culturas. “Onde você esconde o seu racismo?”. Essa ridícula “chamada de consciência” foi durante bastante tempo veiculada em uma emissora ligada ao poder federal. Se não estou enganada, nenhum dos entrevistados era negro, o que atestava ainda mais a inconsistência na abordagem do tema. Feita a observação, voltamos ao coitado que nunca havia percebido qualquer sintoma de rejeição, nojo, antipatia, constrangimento ou inibição diante da cor da pele do outro e que a partir da agenda que agora lhe era apresentada se sentia, no mínimo, deslocado e, na pior das hipóteses, um idiota, por nunca ter experimentado na sua subjetividade tamanha questão. Pego de calça curta, tanto o entrevistado quanto o telespectador que não carregavam os sinais exteriores da linhagem nagô, gege, banta, ou saravá-meu-pai de quem mais fossem herdeiros, buscavam algum modo de responder a uma demanda que soava mais como um falso problema.

O racismo é a forma mais moderna de dominação e controle da sociedade praticada pelo pensamento hegemônico. É ele que sustenta o argumento das guerras civil e militar. A invasão do Iraque pelo governo Bush e os meninos falcões do tráfico carioca são exemplos do exercício de um poder que tem nas mãos o arbítrio de regular a gestão da vida.

A soberania sobre a vida implica entender a população como um problema político. Por isso mesmo não é casualidade o fato de os meios de comunicação de massa estarem frequentemente voltando ao assunto do planejamento familiar que a classe média adere por necessidade, os ricos não se afetam em ignorá-la, e os pobres passam ao largo por todas as razões já conhecidas. O vínculo entre a teoria biológica e o discurso do poder é cada vez mais estreito. A idéia do perigo biológico ultrapassa a eliminação do adversário político para chegar ao extermínio da raça adversa aos donos do poder. Recentemente, uma matéria em tom de reprovação informava que a maioria dos brasileiros entrevistados em uma pesquisa nacional sobre planejamento familiar identificava essa política pública com a difícil e obrigatória tarefa de equilibrar o orçamento e os gastos domésticos. Esse é um interessante exemplo de como a falta de informação ou a compreensão incorreta da informação permitiram que a subjetividade não fosse capturada pela retórica perversa e torta do imprescindível controle da natalidade para fins de melhor qualidade de vida e mais igualdade entre as pessoas. Por razões que mereceriam estar na matéria, além de suscitar investigação mais profunda, as famílias ouvidas cometeram a sensibilidade de localizar o problema na escassez de recursos e não naqueles que lhes são caros. Não reproduziram o ultrapassado e enganoso conjunto de noções que referendaram o genocídio rigorosamente praticado na colonização e nas Guerras Mundiais, e defenderam o direito à vida numa decisão vinda delas próprias, passando por cima do biopoder, apesar das condições desfavoráveis geridas por ele como, por exemplo, a dificuldade pela qual passa a grande maioria da população que é a de ter acesso a uma alimentação saudável e suficiente para o desgaste das energias solicitadas pelo dia-a-dia corrido e estressante.

O poder excludente, discricionário e exterminador implica o racismo e as notícias sobre a violência, sem dúvida alguma real e aterrorizante, estão trabalhando com a subjetividade que exclui, discrimina, condena e mata. O sujeito é responsável pelo que emite, e a história vem mostrando que a razão cúmplice da comunicação do poder não cessa de produzir monstros.

Bagdá está em chamas! Não dessa vez. Naquele 11 de setembro de 2001, foram Washington e Nova Iorque. Em 16 de janeiro de 1991, os Estados Unidos atacaram o Iraque dando início à primeira Guerra do Golfo. Na redação em que trabalhava, a notícia de que os exércitos de 28 países, liderados pelas forças norte-americanas, tinham iniciado o combate no país, me foi dada por um senhor que não parava de repetir ao telefone, com a voz sempre mais embargada, que Bagdá, a capital, estava em chamas.

Por seis semanas seguidas o Iraque foi bombardeado e o enfoque das coberturas era a tecnologia bélica que os Estados Unidos estreavam na operação denominada Tempestade no deserto. A guerra era comentada a partir dos mísseis e satélites ultramodernos que podiam ser apreciados em ação nas imagens dos telejornais, nos textos dos jornais ou na narração das rádios. De casa, o mundo apreciava o espetáculo como se a guerra fosse um vídeo game.

No dia 27 de fevereiro o Iraque se rendeu. O número de civis mortos foi estimado em sete mil. Bagdá ficou destruída. Era uma realidade inimaginável para aquele senhor que guardava na memória uma Bagdá que foi o centro intelectual do mundo, onde foi produzido o primeiro dicionário, onde foram codificadas as regras gramaticais e onde nasceu a caligrafia, essa arte de reproduzir manualmente os livros para atender ao povo letrado que freqüentava as salas de leitura, as bibliotecas e as livrarias da cidade.

No dia 10 de setembro de 2001, a agência de notícias iraquiana INA informou que oito civis morreram e três ficaram feridos no bombardeio de aviões norte-americanos e britânicos a fazendas

localizadas no sudeste de Bagdá. No mesmo dia o Pentágono também informou que os jatos norte-americanos de patrulha F-16 e F-18, e os de bandeira inglesa GR-14, atacaram depósitos de mísseis e que o objetivo da ação não eram alvos civis.

Esses foram fatos da véspera do atentado contra os Estados Unidos que matou milhares de civis, derrubou as torres gêmeas do World Trade Center em Nova Iorque, símbolos do poder econômico do país, e destruiu um dos cinco edifícios do Pentágono, em Washington.

Os atentados suicidas foram praticados com o lançamento de aviões de passageiros sobre os alvos. No dia seguinte, 12 de setembro, a legenda da foto da primeira página de um então grande jornal brasileiro falava de “cena inimaginável” e do “coração de Manhattan” transformado numa “montanha de destroços”. Já a âncora de um famoso telejornal comentava consternada as imagens que foram repetidas à exaustão.

Pensei no velho senhor que há 10 anos ligara para a redação, assombrado com a desfaçatez, a arrogância e o pragmatismo ignorante que chocava e feria a sua subjetividade forjada em objetivos absolutamente contrários aos subjacentes à motivação que levou um concerto de nações orquestradas pelos Estados Unidos a arrasarem Bagdá, a sua Bagdá de homens cultos e sábios. Que legenda ele teria colocado na foto se fosse o editor da página? Com que sentimento comentaria as imagens se fosse o âncora do telejornal? Não posso afirmar sobre o jornalismo que ele teria feito, mas arrisco dizer que a sua subjetividade encaminharia a comunicação do acontecimento para o terreno da crítica e do esclarecimento. Certa vez comentando sobre a dominação, Einstein observou que tudo parecia encadear-se nessa sinistra perspectiva e, portanto, cada passo aparece como a consequência inevitável daquele que o precedeu. A conclusão é que no extremo da estrada é impossível não se recordar o espectro da destruição total.

Einstein faz parte daquele grupo de cientistas-intelectuais que perguntou para que fazer a bomba atômica, abandonou o projeto e assinou o manifesto contrário à construção de armas nucleares.

O físico que relativizou e concentrou a enorme complexidade que é a percepção do homem sobre o universo que o cerca na simples fórmula $E=mc^2$, abriu o pensamento para a compreensão e a prática não linear das coisas da vida. Estava provado que era possível uma outra lógica de representação de mundo que se diferenciava, sem necessariamente excluir, da então usual e conhecida mecânica newtoniana.

O criador da teoria da relatividade tinha uma compreensão muito aguda sobre o que deveria ser a ciência e o papel do cientista na sociedade em qualquer tempo. Segundo ele, homem de ciência não é o que aprende a utilizar instrumentos e a adotar métodos de trabalho que, direta ou indiretamente, pareçam científicos, mas, sim, aquele que tem orgulho em ver que o trabalho de seus pares transformou profundamente a vida econômica dos homens, a ponto de fazer desaparecer, em certos casos, o trabalho manual, o que na visão marxista significava descanso para o trabalhador.

Ao mesmo tempo, Einstein nunca deixou de se sentir angustiado com o resultado dessas transformações que passaram a constituir uma ameaça para a sociedade, desde que a aplicação das suas investigações científicas ficou em mãos de uma pequena minoria que concentra o poder econômico e o poder político do qual depende diretamente a sorte da maioria, cada vez mais assujeitada, dos seres humanos.

Einstein entendia que a concentração de poder econômico e político sacrifica o desabrochar de personalidades independentes. O resultado é o fim da liberdade, com a transformação do homem num instrumento, cego e reduzido à escravidão.

O cientista-intelectual sempre atribuiu aos seus colegas físicos, e a todos os demais cientistas que interferem na nossa história de vida e morte, a função de prevenir e concentrar esforços no sentido de dar consciência às nações do mundo, e, sobretudo, aos governos, do espantoso desastre

que podem provocar se não se abrem para rever e modificar, quando preciso, a maneira de conceber o futuro.

O homem-forte das comunicações na Venezuela, Gustavo Cisneros, conta que entrou no ramo da comunicação graças ao pai, considerado por ele um homem de visão porque, no momento certo, soube perceber a importância de trocar o negócio de fabricar refrigerante pelo de divulgar informação.

Cisneros é o empresário herdeiro da família de oligarcas venezuelanos que apoiou o golpe contra o presidente Hugo Chávez, em 2002, e ainda hoje continua à frente da resistência contra as reformas que vêm sendo implantadas pela nova República Bolivariana da Venezuela. Essa tarefa política é amplamente disseminada pelo seu vasto arsenal mediático. Cisneros é dono da Univisión, rede de televisão em língua espanhola com 18 estações nos Estados Unidos; da Venevisión, tevê da Venezuela, e da Direct TV Latin America, essa com 144 canais que entram em 100 milhões de residências. De acordo com informações publicadas no periódico brasileiro Brasil de Fato, Cisneros tem ainda participação acionária na Chilevisión, na colombiana Caracol Televisão e na Caribbean Communications Network. O grupo participa também da Ibero-American Media Partners, criada em 1997 com o objetivo de comprar negócios de comunicação na América Latina, Espanha e Portugal. As redes de Gustavo Cisneros produzem e distribuem mais de 19 mil horas de programas em espanhol e português por ano para 21 países em três continentes.

Outro oligarca internacional da comunicação é o australiano Rupert Murdoch, que nos anos 80 se naturalizou norte-americano para comprar estações de TV nos Estados Unidos. Em Londres, ele é dono dos jornais Sun, Times, Sunday Times e The news of the world, e também da BSKYB, a TV por satélite que cobre toda a Inglaterra. Em Sidney, Austrália, tem o jornal The Mirror. Em Nova Iorque, o The New York Post e, em Hollywood, a 20 th Century Fox e a Fox TV. Também é de sua propriedade a Star Television, que cobre Japão e parte do leste da Ásia, atingindo 2/3 da população do continente asiático.

Murdoch considera suas aquisições “uma série de batalhas de uma guerra sem fim”. E tem razão.

A mediação comunicacional contemporânea trava a batalha do discurso na guerra sem fim do pensamento único contra tudo o que não é espelho. O real é bombardeado pela artilharia das idéias e seu efeito produz um impacto que acaba por reduzir a subjetividade à expressão mais simples de alienação. Todos os dias parecem ser feitos para nascer com o propósito de acionar as máquinas de contra as idéias, falas e intenções anti-hegemônicas. a subjetividade presente na maioria dos grandes meios de comunicação de massa é a expressão do pensamento hegemônico.

No caso específico da comunicação jornalística, o texto produzido pela indústria mediática hegemônica descarta a subjetividade alheia, a autonomia dos sentidos e, conseqüentemente, a emancipação do sujeito. O objetivo é dispensar a atividade intelectual e crítica do outro, que não precisará mais do que destreza, observação e conhecimentos específicos para realizar as tarefas que lhe estão destinadas. Tudo recompensado com espasmos de visibilidade e promessa de ascensão. A percepção dessa armadilha é fundamental para o resgate da subjetividade que efetivamente dá, a cada um de nós, o direito de inventar e reinventar a nós mesmos todos os dias.

Bibliografia

FOUCAULT, M. (1976). *Genealogia del Racismo*. Madri: Ediciones de La Piqueta.

FRANCO BUSSE, Maria Luiza. (2002) *Texto sem conforto, uma proposta de redação jornalística*. Rio de Janeiro: e-papers.

RUIZ, M.M. Bartolomé Castor. (2006) *As encruzilhadas do humanismo_ a subjetividade e a alteridade ante os dilemas do poder ético*. Petrópolis: Ed. Vozes.